



PREFEITURA DO

## RECIFE

PROCURADORIA DE TERMOS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

PARECER n. 657 / 2015

INTERESSADO: Gabinete de Projetos Especiais (Ofício GABPE n. 635/2015)

INTERESSADO: Andrade Pontes Engenharia e Comércio LTDA

ASSUNTO: Reajuste em sentido estrito

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. OBRA PÚBLICA. REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO. MERA APLICAÇÃO DE ÍNDICE DE REAJUSTE SOBRE O SALDO CONTRATUAL.

Trata-se de consulta formulada pelo GABPE acerca da incidência de reajuste em sentido estrito ao contrato de obra pública n. 175/2013, celebrado entre o Município do Recife e a empresa ANDRADE PONTES ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. Não há, na espécie, questão jurídica relevante a ser dirimida, restando a mera operação das cláusulas contratuais relativas ao reajuste em sentido estrito (cláusula sexta).

Preliminarmente, necessário que se proceda com a numeração das páginas do processo administrativo, a teor do que disposto no art. 38, *caput*, da Lei Federal n. 8.666/93 e no art. 22, §4º da Lei Federal n. 9.784/99.

Como é cediço, o reajuste em sentido estrito representa, em termos contratuais, a alteração das cláusulas econômicas do contrato na busca de mera manutenção do potencial financeiro daquilo que avençado. Tem-se, assim, a resposta jurídico-contratual aos efeitos do tempo nas cláusulas econômicas, evitando-se a corrosão inflacionária do ajuste por intermédio da incidência anualizada de índices de correção previamente estipulados sobre o saldo contratual (*in casu*, o INCC, nos termos da cláusula sexta do contrato).

Consultando as informações sobre a operação em questão, vê-se que a proposta que embasou o contrato é datada de 8.7.2013. Em tese, pois, a partir de 8.7.2014 e 8.7.2015 haveria lugar para o reajuste em sentido estrito, com base no INCC acumulado entre a proposta e a anualidade perseguida, incidente sobre o saldo contratual existente à época da anualidade e posteriormente executado nos termos do cronograma então vigente. Tal saldo deve ser devidamente apurado a partir dos boletins de medição aprovados e relativos a serviços executados após o aniversário da proposta (por ora, a data de 8.7.2015, conforme pleito da contratada).

Veja-se, assim, que as ilações acima são válidas para as execuções realizadas após o aniversário da proposta (8.7.2015), sobretudo na medida em que aferidos os saldos existentes na data dessa anualidade. Em outras palavras, o reajuste há de incidir sobre a parcela ainda não executada (pendente).

Diante de tais considerações, opino pela possibilidade de concessão do reajuste em sentido estrito, com base no INCC acumulado entre julho de 2013 e julho de 2015, incidente



PREFEITURA DO

## RECIFE

sobre o saldo a executar / realizar a partir do aniversário da proposta (8.7.2015). Referidos cálculos, enfim, deverão ser devidamente realizados / aferidos pelo órgão técnico da municipalidade, sobretudo a partir dos cálculos da contratada e da gerenciadora já constantes dos autos.

É o parecer que submeto à consideração superior.

Bruno Santos Cunha

Procurador do Município do Recife - Matrícula 87.476-8

OAB/PE 1.033-B - [brunocunha@recife.pe.gov.br](mailto:brunocunha@recife.pe.gov.br)

De acordo com os termos do Parecer nº 657/2015  
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS  
Procuradoria Termos Licitação e Contratos  
Procurador Chefe

Susan P. L. Carvalho  
Mat. Nº 63.905-1

Diretor da Procuradoria \_\_\_\_\_

Matrícula \_\_\_\_\_

De acordo com os termos do Parecer nº \_\_\_\_/2015

\_\_\_\_\_  
Diretor Geral da Procuradoria

Matrícula \_\_\_\_\_

De acordo com os termos do Parecer nº \_\_\_\_/2015

\_\_\_\_\_  
Secretário de Assuntos Jurídicos

Obs: quando dos cálculos de reajuste, deve-se colocar em separado os valores dos serviços extras que possuem sistemática própria de reajuste, com Io específicos.